

Ata da 9ª Reunião Ordinária

Data: 08/03/2017	Início: 14h00	Término: 17h15
Local: Sede da FIRJAN, Av. Graça Aranha, nº 1, Centro, Rio de Janeiro, RJ		

Lista de presença

Presidência

Vera Thorstensen, Presidente FGV-SP

Plenária

Membros deliberativos

Pedro Henrique Rincon Amaral	MDIC
Christiane Silva Aquino Bonomo	MRE
Alex Queiroz Pereira (titular)	MD
Karen Kiyomi Hayashi	APEX
Eduardo Campos de São Thiago (suplente)	ABNT
Leandro Barcelos (suplente)	CNI
Léa Contier de Freitas (titular)	INMETRO

Membros consultivos

Fernando Saboya de Castro	FIRJAN
Natalia da Rosa Siqueira	FIESP
Isac Roizenblatt	ABILUX
Rafael Martins	ABIMAQ
Fabián Yaksic (titular)	ABINEE
Regina Toscano	ABRAC
Leocir Bottega	IBRAVIN

Outros participantes

Alex Sandro Malaquias	INMETRO
Annalina Camboim de Azevedo	INMETRO
Flavia Cristina Lima Alves	INMETRO
Gabriella Calixto da Silva Guedes Nicacio	INMETRO
Maria Manuela Mota dos Santos	INMETRO
Monique Getrouw	INMETRO

Paulo Nicola Venturelli	INMETRO
Rafael Vinicius Goncalves de Castro Lima	INMETRO
Regiane do Rocio de Brito	INMETRO
Rogério de Oliveira Corrêa	INMETRO
Sulamita Bushatsky	INMETRO
Vanessa Mendes	ABNT
Paulo Ferracioli	FGV-RJ
Stefanie Schmit	FGV-SP
Natalia da Rosa Siqueira	FIESP
Eglair Vascão	Impacta S/A – SINIEM
Luís Fernando Tironi	IPEA
Thiago Pacheco Ramos	UNO
Saulo Nogueira	Consultor

Pauta

1. Abertura;
2. Aprovação da ata da reunião de 12/12/2016;
3. Iniciativas do Governo em temas ambientais: Regulamento sobre Declaração Ambiental de Produtos – Regiane Brito, DCONF, Inmetro;
4. Negociações comerciais no âmbito do Mercosul: Harmonização de Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade (SGT nº 3) e Mercosul-União Europeia – Monique Getrouw, CAINT, Inmetro;
5. Apresentação de estudo sobre Preocupações Comerciais Específicas (PCE) – Constanza Negri, CNI;
6. Discussões sobre casos de Barreiras Técnicas às Exportações Brasileiras;
7. Outros assuntos.

1. Abertura

A presidente do Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio (CBTC), **Vera Thorstensen**, abriu a reunião às 14 h, dando as boas vindas.

Informou que a FGV está coordenando um projeto que visa mapear as exigências técnicas da União Europeia para alguns setores, como: eletroeletrônico, máquinas, químicos, equipamentos médicos, alimentos processados e veículos. O projeto incluirá a participação do setor privado e do governo brasileiro na tentativa de identificar mecanismos de facilitação de comércio entre Brasil e o bloco. Informou, também, outra iniciativa importante, que é o lançamento no Brasil da Plataforma do Fórum das Nações Unidas sobre Normas de Sustentabilidade (UNFSS), o qual será realizado nos dias 31/05, em Brasília, e 01/06 em São Paulo.

Vera Thorstensen ainda informou que Jorge Cruz, Secretário Executivo do CBTC e Coordenador-Geral de Articulação Internacional, não estava presente devido à necessidade de acompanhar o Presidente do Inmetro em Brasília. Passou, então, a palavra a Léa Contier de Freitas, Chefe da Divisão de Superação de Barreiras Técnicas, do Inmetro.

Léa Contier comunicou a satisfação de retornar ao Inmetro, após 12 anos cedida ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e de assumir a chefia da divisão que trata de um tema tão importante para o comércio internacional. Aproveitou informar que Jorge Cruz pediu para retransmitir saudações a todos os presentes. Falou também da sua expectativa positiva com relação ao fórum do CBTC, especificamente para levantamento de casos de barreiras técnicas e busca de soluções para superá-las.

Vera Thorstensen passou a palavra para cada representante institucional presente para que fizesse uma breve apresentação. Na sequência agradeceu o usual apoio da FIRJAN para realização das reuniões do CBTC.

2. Aprovação da ata da reunião de 12/12/2016

A ata da reunião passada foi aprovada. **Flávia Cristina Lima Alves**, do Inmetro, informou que o MDIC enviou algumas observações, que haviam sido incorporadas, mas caso houvessem outros comentários eles poderiam ser encaminhados por e-mail à Secretaria Executiva do CBTC.

3. Iniciativas do Governo em temas ambientais: Regulamento sobre Declaração Ambiental de Produtos

Regiane Brito, do Inmetro, apresentou o Regulamento sobre Declaração Ambiental de Produtos (DAP), destacando que esse tema inclui também avaliação e inventário de ciclo de vida e rotulagem ambiental. Iniciou sua apresentação por mostrar a avaliação de ciclo de vida e o impacto ambiental da calça jeans, um produto de uso comum. O processo de sua produção inclui extenso uso do solo para o plantio do algodão, uso de grande quantidade de pesticida, além de máquinas para colheita. Segue a fase industrial, com o uso de corantes para tingimento e energia elétrica para tecelagem e confecção. Vários outros produtos também passam por processos semelhantes, no qual se utiliza água, energia e combustível entre outros elementos que impactam o meio ambiente.

Acrescentou que a rotulagem ambiental nasceu da necessidade de comparar os impactos ambientais causados pelo processo de produção de um produto. Assim, foram definidos em normas técnicas brasileiras distintas três tipos de rotulagem: Tipo I – ABNT NBR ISO

14024:2010; Tipo II – ABNT NBR ISO 14021:2013; e Tipo III – ABNT NBR ISO 14025:2015, todas com base em normas ISO.

A rotulagem ambiental Tipo I possui critérios mais simples, pois não considera as questões associadas aos inventários de ciclo de vida. Citou inclusive que o selo da ABNT, denominado Colibri, é um exemplo de selo ambiental do Tipo I. A rotulagem do Tipo II é uma auto declaração ambiental, ou seja, o produto passa por alguns critérios definidos na norma e depois apresenta, na forma de textos, símbolos ou gráficos, o impacto ambiental causado no processo de produção. A rotulagem do Tipo III é a mais complexa de todas, pois considera as informações de análise de ciclo de vida, prevista na norma ABNT NBR ISO 14040, e utiliza critérios de concessão do rótulo segundo a norma ABNT NBR ISO 14025. Destacou que o selo tem caráter voluntário e que a verificação do uso do selo é feita de forma independente.

Na sequência abordou o Programa Brasileiro de Avaliação de Ciclo de Vida (PBACV) cujo objetivo é estabelecer diretrizes que garantam a continuidade e a sustentação das ações de ACV no Brasil, no âmbito do Sinmetro. A proposta do programa é apoiar o desenvolvimento sustentável e a competitividade ambiental da produção industrial, promovendo o acesso aos mercados internos e externos. O PBACV possui um Comitê Gestor composto por órgãos do governo, instituições acadêmicas, entidades e associações, sendo o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) responsável pela presidência e o Inmetro pela secretaria executiva.

Regiane Brito destacou o importante papel do PBACV na disseminação da metodologia de elaboração de inventários, bem na elaboração dos inventários da base industrial brasileira.

Reforçou a importância de se criar regras de categoria de produtos e de impactos ambientais baseadas em normas internacionais com vistas a buscar o reconhecimento mútuo com outros países. Neste sentido, destacou também a importância de os diversos órgãos brasileiros participarem dos trabalhos de normalização internacional e nacional sobre o tema.

Apresentou a Portaria, disponível no site do Inmetro, que foi desenvolvida em 2016 pelo Inmetro, em parceria com IBICT, que define Requisitos Gerais do Programa de Rotulagem Ambiental Tipo III – Declaração Ambiental de Produto (DAP), com base na norma ABNT NBR ISO 14025:2015. Além disso, informou que a DAP não é um rótulo de qualidade ambiental, embora forneça informações objetivas sobre aspectos ambientais de um produto, e que também não define exigências ambientais específicas (padrão de desempenho) para o produto. Logo, o objetivo da DAP é fornecer uma descrição detalhada de características ambientais de produtos ao longo do seu ciclo de vida e assim incentivar a demanda e a oferta de produtos que causem menos impactos ambientais.

Ainda sobre a Portaria de DAP, destacou que o Inmetro é o operador do programa e que existe uma expectativa muito grande em relação a ele, já que o Brasil é o primeiro país onde

o governo é responsável pela elaboração de regras de rotulagem ambiental. Destacou também que a concessão da rotulagem tem caráter voluntário e que a verificação é feita por organismos de terceira parte independente. As verificações de terceira parte serão realizadas por Organismos de Certificação acreditados pela Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE/INMETRO), acreditador oficial do país.

Por fim, apresentou o formulário do DAP e informou que no processo de preenchimento do formulário são utilizados softwares que fazem monitoramento, por exemplo, do consumo de energia e água no processo de produção do produto. Acrescentou dizendo que a União Europeia está avançada na questão de rotulagem ambiental, tanto na elaboração de atos de políticas públicas como de guias voluntários.

Vera Thorstensen comentou o problema da proliferação dos selos europeus elaborados por grandes empresas e que envolvem regras trabalhistas, de bem estar animal e de proteção ao meio ambiente, que não seguem as normas internacionais como as da ISO, assim criando barreiras comerciais. **Fabián Yaksic**, da ABINEE, comentou que o setor eletroeletrônico elaborou o selo “Green Eletron” com o objetivo de auxiliar as empresas no atendimento à Lei 12.305/2010 sobre Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Rogério de Oliveira Corrêa, do Inmetro, perguntou como será o formato do selo ambiental proposto pela DAP. **Regiane Brito** explicou que a proposta é que tenha um formato semelhante a uma tabela nutricional, mas no futuro será utilizada uma etiqueta.

Léa Contier ressaltou a tendência mundial de utilização de selos ambientais e a necessidade de o Brasil montar bases de dados contendo inventários de ciclo de vida, na qual a Europa está muito avançada. Salientou a importância de se investir na capacitação de recursos humanos especializados, já que a ACV é um processo complexo.

Christiane Silva Aquino Bonomo, do MRE, informou que o Ministério do Planejamento coordena as atividades no âmbito dos Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia no qual são disponibilizados recursos para projetos nacionais. Neste sentido sugeriu ao Inmetro formular um projeto visando aportar recursos para avançar na questão da elaboração de inventários de ciclo de vida.

4. Negociações comerciais no âmbito do Mercosul: Harmonização de Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade (SGT Nº 3) e Mercosul-União Europeia

Monique Audrey Getrouw, do Inmetro, apresentou a estrutura institucional do Mercosul nas três esferas política, executiva e técnica, sendo que as atividades do SGT nº 3 estão inseridas na esfera executiva. A coordenação nacional do referido subgrupo é realizada pelo

Inmetro com o objetivo de superar as barreiras técnicas ao comércio mediante a harmonização dos regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade. O SGT nº 3 é formado por cinco Comissões Técnicas com coordenações distintas: (i) metrologia, (ii) avaliação da conformidade e (iii) segurança de produtos elétricos, coordenadas pelo Inmetro, (iv) alimentos, coordenada pelo MAPA e pela ANVISA, e (v) automotiva, coordenada pelo Denatran e pelo Ministério das Cidades.

Sobre as comissões técnicas, destacou os temas que estão sendo tratados em cada uma delas. Na comissão de metrologia, dividida em dois segmentos, pré-medidos e instrumentos, estão em negociação os regulamentos técnicos metrológicos de taxímetros e de conteúdos líquidos de maionese. Já na comissão da avaliação da conformidade está sendo elaborado um guia que visa estabelecer recomendações de processos de elaboração de regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade.

Na comissão de gás, dividida em gás doméstico e gás veicular, estão em negociação os regulamentos técnicos sobre aquecedores domésticos e sobre cilindros de armazenamento de gás, entre outros. **Maria Manuela Mota Santos**, do Inmetro, informou que os regulamentos técnicos precisam ser internalizados em cada Estado Parte depois de harmonizados e que o Brasil é o país que mais internaliza os regulamentos, seguida da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e da Venezuela, atualmente suspensa. Acrescentou que o Brasil apresentará uma proposta de convergência regulatória na próxima reunião do SGT nº 3 em abril e que a Resolução Mercosul 56/02, que estabelece procedimentos de elaboração, revisão de regulamentos, com prazos e multas, está sendo revisada.

Paulo Ferracioli, da FGV-RJ, perguntou como está sendo definido no Mercosul o termo convergência. **Pedro Henrique Rincon Amaral**, do MDIC, informou que existem várias propostas em discussão, mas que o termo será definido e encaminhado ao GMC. **Maria Manuela** destacou a importância de estabelecer convergência regulatória a partir dos requisitos essenciais exigidos pelos produtos, que seriam aceitos por todos Estados Partes do Mercosul.

Fabián Yaksic adicionou que, no passado, a AMN estabelecia normas de produtos que visavam à harmonização e exemplificou os casos dos fios e cabos e dos refrigeradores. Informou também que na área elétrica o termo convergência regulatória significa utilizar como referência as normas internacionais da ISO, da IEC e/ou da ITU.

Rogério Corrêa perguntou se, pelo fato do regulamento técnico de fios e cabos estar harmonizado no Mercosul, o certificado contendo o selo do Inmetro seria aceito nos demais países do Mercosul. **Fabián Yaksic** informou que a harmonização feita é quanto aos requisitos mínimos, mas que nenhum país do bloco aceita o selo de conformidade do outro.

Paulo Nicola Venturelli, do Inmetro, acrescentou que o Brasil tem vantagem comparativa na área industrial em relação aos demais países do Mercosul e que seria importante o Brasil buscar o reconhecimento mútuo.

Pedro Amaral, do MDIC, destacou que o processo atual de harmonização e revisão dos regulamentos técnicos no Mercosul é lento, mas informou que estão em discussão mecanismos de flexibilização com o objetivo de destravar o referido processo e facilitar o comércio.

Annalina Camboim, do Inmetro, acrescentou que a harmonização é para os regulamentos técnicos e que avaliação da conformidade precisa ser tratada caso a caso, uma vez que cada país tem uma estrutura de avaliação da conformidade distinta.

Isac Roizenblatt, da ABILUX, comentou da necessidade de se aprender com o modelo europeu e de não restringir somente ao Mercosul. A América Latina deveria também ser considerada. Destacou a importância da aceitação de ensaios realizados em laboratórios acreditados no âmbito da ILAC em todos os países.

Eduardo São Thiago, da ABNT, ressaltou o esforço de desenvolver normas técnicas para a região, por exemplo, no âmbito da COPANT, mas não existe interesse. O único setor que avançou foi a área elétrica. Além disso, destacou a importância de o Brasil participar mais das discussões de elaboração das normas internacionais. Atualmente o Brasil exerce a secretaria de menos de dez subcomitês ou grupos de trabalho da ISO, enquanto que a Alemanha exerce aproximadamente 400 secretarias.

Fabián Yaksic informou que na COPANT não existe a preocupação de harmonizar normas, pois são utilizadas as normas internacionais ISO, IEC e ITU. Acrescentou que existem 14 produtos de eficiência energética harmonizados na COPANT.

Monique Getrouw apresentou ainda as atividades das comissões de segurança de produtos elétricos, alimentos e automotiva. Porém, devido ao logo tempo dedicado às discussões entre os membros da reunião, **Vera Thorstensen**, solicitou que a segunda parte da apresentação sobre as negociações Mercosul-União Europeia fosse realizada na próxima reunião do CBTC.

5. Apresentação do estudo sobre Preocupações Comerciais Específicas (PCE)

Constanza Negri, da CNI, iniciou apresentando o relatório sobre mecanismos não litigiosos para solução de controvérsias da OMC. Abordou as principais ferramentas disponíveis à indústria na União Europeia, Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul para identificar e remover barreiras ao comércio.

Abordou a metodologia adotada no relatório sobre mecanismos não litigiosos. Assim, foram analisadas as Preocupações Comerciais Específicas (PCE) de seis países membros da OMC (Austrália, Brasil, União Europeia, Índia, México e Estados Unidos) nos seguintes comitês: Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT Committee); Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS Committee); e Comitê de Subsídios e Medidas Compensatórias (SCM Committee). Além disso, informou que foram utilizadas minutas de reuniões, notificações dos membros e base de dados, além de documentos de solução de controvérsias para elaboração do relatório.

Constanza Negri informou que o Brasil levantou e apoiou no Comitê SPS 58 PCE, com 42% de taxa de resolução parcial ou total. O tema mais questionado pelo Brasil tem relação às barreiras impostas para exportação de proteína animal. No Comitê TBT, o Brasil é menos ativo, uma vez que só levantou 6 PCE, apoiando muitas vezes questionamentos levantados por outros países. Já no Comitê SCM, destacou que estão em andamento medidas como o subsídio japonês para o Mitsubishi Regional Jet Project, e também as medidas compensatórias sobre as práticas dos EUA no caso do aço.

Nas recomendações finais para o Brasil, destacou a importância da persistência no levantamento das PCE nos comitês para solução das barreiras e a necessidade de construir mecanismos coletivos para apresentação de PCE durante as reuniões.

6. Discussões sobre casos de Barreiras Técnicas às Exportações Brasileiras

Pedro Amaral parabenizou o trabalho desenvolvido pela CNI e pela Apex-Brasil sobre mecanismos não litigiosos para solução de controvérsias da OMC. Acrescentou informando que hoje o levantamento das PCE é feito em parceria entre órgãos de governo e setor privado.

Christiane Aquino confirmou essa parceria, mas enfatizou a importância de melhorar o processo de tratamento das barreiras técnicas identificadas pelo setor privado e a formulação das PCE. Assim, destacou a necessidade da realização das reuniões do CBTC com trinta dias de antecedência das reuniões do Comitê da OMC, pois assim haveria um prazo maior para sua elaboração. Além disso, encorajou o setor privado a apresentar os casos com a maior antecedência possível. **Pedro Amaral** complementou dizendo que além das PCE existem outros mecanismos para solução de possíveis entraves comerciais, como por exemplo, as negociações bilaterais em curso.

Eglair Vascão, da Impacta e do SINIEM, anunciou a importância de divulgar as ações do governo que visam apoiar a indústria nacional no processo de exportação, pois muitas vezes o setor privado não sabe a quem recorrer quando se depara com uma barreira técnica. Depois relatou o caso de uma medida adotada pela Argentina que impacta a exportação de

bisnagas de alumínio, especificamente com relação à exigência de realização de ensaios, nos lotes dos produtos, e em laboratórios e certificação por certificadoras localizadas na Argentina. Assim, vários containers estavam retidos na Argentina por conta dessa medida, impactando tanto a indústria que exporta as bisnagas quanto os clientes, da indústria farmacêutica e de cosméticos, que não dispõem de embalagens para seus produtos.

Pedro Amaral relatou toda tratativa em relação a essa barreira, tanto no âmbito bilateral como multilateral, destacando a recente mensagem recebida do Ponto Focal do Acordo TBT da Argentina prestando alguns esclarecimentos.

Christiane Aquino complementou dizendo que para se levar o caso adiante seria necessário ter um comunicado formal da Impacta, em conjunto com a FIESP, concordando com a continuação da negociação. Complementou informando que os entraves comerciais com os países do Mercosul não chegam diretamente à Divisão de Acessos a Mercados do MRE, e sim à Divisão do Mercado Comum, numa tentativa de que sejam tratadas de forma bilateral para posterior tratamento multilateral (ainda em reuniões paralelas da reunião do Comitê TBT/OMC), se essa for a decisão política.

Natália Siqueira, da FIESP, destacou a importância dessa informação acerca da atuação do governo para solucionar casos de barreiras técnicas, bem como a necessidade de definir as diretrizes de como proceder quando esses casos surgem. Além disso, registrou o interesse de que as reuniões do CBTC sejam utilizadas para apresentação, discussão e formalização dos casos de barreiras técnicas.

Constanza Negri, da CNI, complementou dizendo que na CNI foi criado um grupo de barreiras técnicas junto com as associações setoriais, atualmente em número de 37.

Flávia Alves, do Inmetro, reforçou a ideia de unir os esforços, tanto do governo quanto do setor privado, para tratar os casos de barreiras técnicas. Inclusive mencionou a sugestão de que na próxima reunião do CBTC seja apresentada uma metodologia para o tratamento dos casos.

Neste sentido, **Christiane Aquino** solicitou que a próxima reunião do CBTC seja realizada na primeira quinzena de maio e adiantou informando que para a próxima reunião da OMC existem quatro casos passíveis de serem levados como PCE, ainda a serem avaliados com o respectivo setor industrial, quais sejam: cadernos. contendo adesivos, contra o Peru; erva mate, contra a União Europeia; bisnagas de alumínio, contra a Argentina; e certificação digital emitido pela Anvisa, contra a Bolívia.

Além disso, **Christiane Aquino** agradeceu o apoio da Apex-Brasil na identificação de casos e reforçou a importância dessa Agência repassar o convite das reuniões do CBTC para outras entidades setoriais que tenham interesse em participar das reuniões do Comitê.

7. Outros assuntos

Vera Thorstensen destacou a importância de que na próxima reunião do CBTC os casos de barreiras técnicas sejam tratados logo no início, invertendo assim a ordem da pauta que sistematicamente vem sendo montada.

Regina Toscano, da ABRAC, ressaltou a importância de antes de levantar um questionamento contra procedimentos de avaliação da conformidade adotados em outros países, que os procedimentos adotados no Brasil também fossem avaliados para não haver questionamento equivalente pelos países.

Annalina Camboim, do Inmetro, destacou que mesmo que sejam praticados procedimentos semelhantes, isso não proíbe nenhum país de questionar outro nas reuniões da OMC.

Para finalizar, **Vera Thorstensen** informou que a próxima data da reunião será divulgada com antecedência, agradeceu a presença de todos, elogiou todas as apresentações feitas e finalizou a reunião.

Próxima Reunião:

Data: Primeira quinzena de maio

Horário: 14 h

Local: a definir

Rio de Janeiro, 07/04/2017

Redigida pela **Secretaria do CBTC**
Divisão de Superação de Barreiras Técnicas ao Comércio
Coordenação-Geral de Articulação Internacional
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
cbtc-conmetro@inmetro.gov.br

Siglas

ABILUX	Associação Brasileira da Indústria de Iluminação
ABIMAQ	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ABINEE	Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRAC	Associação Brasileira de Avaliação da Conformidade
ACV	Avaliação de Ciclo de Vida
AMN	Associação Mercosul de Normalização
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e de Investimentos
CAINT	Coordenação-Geral de Articulação Internacional
CBTC	Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio
CGCRE	Coordenação Geral de Acreditação
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONMETRO	Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
COPANT	Comissão Panamericana de Normas Técnicas
DAP	Declaração Ambiental de Produto
DCONF	Diretoria de Avaliação da Conformidade
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
GMC	Grupo Mercado Comum
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBRAVIN	Instituto Brasileiro do Vinho
IEC	Comissão Internacional de Eletrotécnica
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISO	Organização Internacional de Normalização
ITU	União Internacional de Telecomunicações
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MD	Ministério da Defesa
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OMC	Organização Mundial do Comércio
PBACV	Programa Brasileiro de Avaliação de Ciclo de Vida
PCE	Preocupações Comerciais Específicas
SCM	Subsídios e Medidas Compensatórias
SGT	Subgrupo de Trabalho
SINIEM	Sindicato Nacional da Indústria de Estamparia de Metais
SINMETRO	Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
SPS	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
TBT	Barreiras Técnicas ao Comércio
UNFSS	Fórum das Nações Unidas para Normas de Sustentabilidade